

Caderno de Provas

CTA P 03 - NS

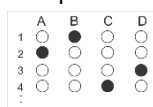
ASSISTENTE SOCIAL

**Edital Nº. 01/2018 – Prefeituras e Câmaras
Municipais do Trairi e Agreste Potiguar**

21 de outubro de 2018

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para a sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 20 (vinte) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	20 questões	70 pontos
Total de questões	30 questões	100 pontos

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR

O texto abaixo servirá de base para as questões 1 e 2.

Noção de erro de português é afetada pela ideia de que, vista do passado, toda evolução é corrupção

Aldo Bizzocchi

Somos um povo que adora discutir a própria língua. E quando o fazemos, um dos assuntos que invariavelmente vêm à baila é a famigerada questão do erro gramatical. Muito se tem debatido a respeito, e a suposta existência de erros em nossa fala (bem como na escrita) ensejou até o surgimento de uma nova profissão, por sinal lucrativa, a de consultor gramatical. Igualmente, peritos no assunto têm mantido com sucesso colunas em jornais, sites, programas de rádio ou televisão com o propósito de ensinar as pessoas a falar corretamente o seu próprio idioma. Isso porque, segundo o diagnóstico catastrofista desses entendidos, nunca se falou tão mal o português como agora, nossa língua caminha inelutavelmente para a ruína e a dissolução, já não se escreve mais como antigamente, e toda uma interminável cantilena de rabugices.

(...)

É preciso, então, definir claramente o que é o erro em matéria de língua. É evidente que, se um estrangeiro tentando falar português disser “O meu mulher ser muito bonita”, cometerá um erro, a ponto de se poder dizer que isso não é português. Da mesma forma, quando cometemos um *lapsus linguae*, isto é, um equívoco involuntário do qual temos consciência, estamos diante de um erro linguístico.

Mas o que se costuma chamar de “erro de português” é uma expressão linguística que nada tem de acidental, já que é sistemática e, geralmente, proferida por pessoas de menor nível escolar e socioeconômico, embora possa ocorrer até nos mais altos escalões da sociedade. Para a linguística, que é a ciência da linguagem humana, esse fenômeno não pode ser chamado de erro. Se a língua é um sistema de signos que se articulam segundo leis definidas para permitir a comunicação e o pensamento humanos, toda expressão linguística, mesmo a das pessoas iletradas, cumpre esse papel com eficiência.

(...)

A maioria dos chamados erros constitui, na verdade, um uso linguístico inadequado à situação de comunicação. Para entendermos melhor essa inadequação, vamos fazer uma analogia entre a língua que falamos e a roupa que usamos. Ninguém em sã consciência vai a uma cerimônia de formatura de camiseta e bermudas tampouco vai à praia de terno. Assim como há uma roupa adequada a cada ocasião, há uma forma de expressão linguística, chamada registro ou nível de linguagem, adequada a cada situação de discurso.

(...)

Mas e aquelas pessoas que moram na periferia ou na zona rural e dizem “pobrema”, “cardeneta” ou “puliça”, elas não estão falando errado? Do ponto de vista normativo, sim. Mas, como disse, a gramática normativa só se aplica a situações e ambientes formais. O registro deve, antes de tudo, estar adequado ao contexto social da comunicação. Pessoas que vivem num meio de baixa escolaridade e pronunciam “pobrema” estão adaptadas ao seu habitat. Se você duvida, experimente entrar numa favela do Rio vestindo roupa social e vá conversar com os traficantes usando linguagem de magistrado para ver o que lhe acontece.

Não estou dizendo com isso que o linguajar das pessoas não-escolarizadas deva ser incentivado. É evidente que, como cidadãos, devemos lutar para acabar com a pobreza e a ignorância. Nesse sentido, não apenas pronunciar “pobrema” é errado; morar em favelas ou andar maltrapilho é muito mais. No entanto, muitos brasileiros moram em barracos ou na rua e só têm uma roupa – muitas vezes esfarrapada – para vestir e só um registro para falar. Sua fala é pobre como é pobre a sua existência, tanto física quanto mental. O imaginário da classe média idealiza essas pessoas indo a todos os lugares sempre com a mesma camisa surrada, os mesmos chinelos velhos, e falando com todos sempre do mesmo modo.

Texto adaptado. Fonte: Língua Portuguesa, ano 3, n.º 25, novembro de 2007

01. A intenção comunicativa predominante no texto é

- A) divulgar as causas para o que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”;
- B) narrar situações que exemplificam o que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”;
- C) descrever situações que justificam o que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”.
- D) opinar sobre o equívoco em relação ao que, costumeiramente, denomina-se de “erro de português”;

02. Após a leitura do texto de Aldo Bizzocchi podemos inferir que o autor trata a questão do erro de português a partir de um enfoque

- A) pragmático, pois se refere ao uso da língua adequado às diferentes situações e contextos em que se insere o falante.
- B) sociológico, pois se refere, prioritariamente, à questão socioeconômica das classes média e alta.
- C) gramatical, pois trata do que é “certo” ou “errado” no uso da língua portuguesa, conforme o que prescreve a norma.
- D) acadêmico, pois trata o uso da língua como uma questão científica que apresenta os motivos dos erros e acertos dos falantes.

03. Assinale a opção em que está corretamente indicada a ordem dos sinais de pontuação que preencham, RESPECTIVAMENTE, as lacunas da seguinte frase:

“Quando se trata de eleição ___ duas coisas devem ser observadas ___ uma é o projeto político proposto pelo candidato ___ a outra é o posicionamento dele ante as demandas populares.”

- A) dois pontos – vírgula – ponto e vírgula.
- B) ponto e vírgula – vírgula – vírgula.
- C) vírgula – dois pontos – ponto e vírgula.
- D) vírgula – vírgula – ponto e vírgula.

Leia o excerto a seguir, extraído da obra Iracema (José de Alencar), para responder às questões 4 e 5.

“Depois, Iracema quebrou a flecha homicida, deu a haste ao desconhecido, guardando consigo a ponta farpada”.

José de Alencar

04. No que tange às sequências tipológicas, é correto afirmar que o texto apresentado se trata de

- A) uma sequência descritiva, com adjetivos que possibilitam a construção de um texto estático.
- B) uma sequência narrativa pela presença de verbos que apresentam uma sucessão de fatos.
- C) uma sequência descritiva, pela presença de substantivos acompanhados de adjetivos que os caracterizam.
- D) uma sequência narrativa pela presença de verbos dos quais se possibilita traçar um perfil do personagem da romance.

05. Ainda com base no texto de José de Alencar, anteriormente apresentado, assinale a opção que apresenta uma outra construção possível para a última oração do excerto, sem que o sentido do texto seja alterado.

- A) (...)deu a haste ao desconhecido e guardou consigo a ponta farpada.
- B) (...)deu a haste ao desconhecido ao guardar consigo a ponta farpada.
- C) (...)deu a haste ao desconhecido por ter guardado consigo a ponta farpada.
- D) (...)deu a haste ao desconhecido e guardando consigo a ponta farpada.

06. Leia o texto a seguir:

“Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada. À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.”

Fernando Pessoa

Marque a opção que classifica correta e simultaneamente os termos em destaque no texto acima.

- A) Objeto direto – oração subordinada substantiva objetiva direta – objeto direto.
- B) Objeto direto – objeto direto – objeto direto.
- C) Predicativo do sujeito – oração subordinada substantiva objetiva direta – objeto direto.
- D) Predicativo do sujeito – objeto direto – objeto direto.

07. Marque a opção que apresenta problema de desrespeito à norma padrão da Língua Portuguesa, quanto à colocação pronominal.

- A) Sempre te quis como amiga.
- B) Desaprovei a proposta que deram-me.
- C) Os participantes não lhe obedeceram às orientações.
- D) Todos me chamaram ao mesmo tempo.

08. Considerando que o texto abaixo foi extraído de uma conversa do *whatsapp*, assinale a opção correta, acerca da variação linguística empregada nele.

Vc ñ falou cmg hj, BB... Estou com sdds. Bjs!

- A) Esse tipo de escrita é desconsiderado como texto, visto que não cumpre sua função comunicativa, pois corrompe a norma padrão, apesar de cumprir a função social da língua.
- B) Por ter palavras abreviadas em excesso, está totalmente contrariando as regras da gramática, logo não é um texto capaz de cumprir a função social da linguagem, que é a comunicação.
- C) Esse tipo de escrita é considerável, pois é valorizado em qualquer situação de comunicação, haja vista que cumpre a função social da língua, que é a comunicação.
- D) Apesar de se tratar de uma linguagem abreviada, o texto cumpre sua função comunicativa, mas este tipo de variação linguística só deve ser utilizado em situações informais específicas.

09. Considere a frase:

“[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seriam as mesmas, para você e para mim, as expectativas sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”

Com a substituição da palavra “expectativas” por “expectativa”, qual das opções a seguir teve a concordância (verbal e nominal) ajustada coerentemente?

- A) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seria as mesmas, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrentes da escolha da profissão certa.”
- B) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seriam as mesmas, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”
- C) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seria a mesma, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”
- D) “[Eu] Falei que a realização profissional não é uma coisa tão relativa assim, pois seria as mesmas, para você e para mim, a expectativa sobre o sucesso decorrente da escolha da profissão certa.”

10. Considere o texto a seguir.



Disponível em: <https://www.google.com.br/search>. Acesso em 04 de setembro de 2018.

Marque a opção na qual todas as palavras estão grafadas em consonância com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2016, e que a ortografia se justifica pela mesma regra das palavras apresentadas no segundo quadrinho da tirinha.

- A) Chapéus – papéis – heróis – Piauí.
- B) Androide – alcateia – estreia – joia.
- C) Feiura – bocaiuva – saúde – saída.
- D) Enjoo – veem – perdoo – assembleia.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA ASSISTENTE SOCIAL

O Código de Ética Profissional de 1993 e a Lei (8.662/93) norteiam o exercício profissional do/a assistente social, com base nesses instrumentos normativos, responda as questões de 01 a 03.

11. Com base no supracitado Código de Ética Profissional do/a assistente social, analise as afirmativas a seguir:

I	Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as.
II	Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
III	Contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
IV	Empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais.

Constituem deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as, as afirmativas contidas na opção:

- A) I – III – IV
- B) II – III – IV
- C) I – II – III
- D) I – II – IV

12. Conforme Artigo 22, do Código de Ética Profissional do/a assistente social, constitui uma das infrações disciplinares:

- A) valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros/as.
- B) exercer a Profissão quando impedido/a de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício ao/às não inscritos/as ou impedidos/as.
- C) assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado/a pessoal e tecnicamente.
- D) exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses.

13. O Capítulo V do supracitado Código de Ética Profissional trata do "Sigilo Profissional". Com base no Artigo 18 do referido Código de Ética, a quebra de sigilo só é admissível:

- A) quando convocado/a pela justiça, na qualidade de perito ou testemunha, para apresentar conclusões de laudo ou depoimento sem violar os princípios éticos do referido Código Ética.
- B) quando convocado/a depor como testemunha sobre situação do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, quando autorizado.
- C) quando intimado/a a comparecer perante a autoridade competente a prestar depoimento sobre situação que venha trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a e institucionais.
- D) quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.

14. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescido pela Lei nº 12.010, a "política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios". Nos termos do referido ECA, a alternativa que constitui uma das linhas de ação da política de atendimento é:
- A) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
 - B) criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.
 - C) preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração família.
 - D) inclusão, nas políticas públicas, de ações que visem a garantir os direitos da criança e do adolescente.
15. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Artigo 124 estabelece os direitos do adolescente privado de liberdade. A opção que apresenta um direito do adolescente privado de liberdade é:
- A) encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
 - B) internação em estabelecimento educacional.
 - C) peticionar diretamente a qualquer autoridade.
 - D) direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.
16. O Capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, tratando de forma específica o trabalho do adolescente aprendiz. O referido Estatuto, assegura objetivamente ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos:

I	direitos trabalhistas.
II	direitos previdenciários.
III	bolsa-aprendizagem.
IV	trabalho protegido.

Estão CORRETOS os itens:

- A) II e III
 - B) I e IV
 - C) II e IV
 - D) I e II
17. O SUAS organiza-se por meio de duas modalidades de proteção, a proteção social básica e a proteção social especial. Ao ter por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, a proteção social de assistência social, tem por garantia:
- A) a integração à seguridade social.
 - B) a segurança de acolhida.
 - C) a integração às políticas sociais e econômicas.
 - D) a proteção pró-ativa.

- 18.** Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são responsáveis por organizarem e coordenarem os programas, projetos e serviços da Rede de Proteção Básica que podem ser oferecidos pelos CRAS, por meio de estrutura governamental e não-governamental. Dentre os programas, projetos e serviços ofertados pelos CRAS, temos:
- A) os Centros de Convivência para Idosos.
 - B) o Serviço de orientação e apoio sócio familiar.
 - C) o Plantão Social.
 - D) a Família Acolhedora.
- 19.** O SUAS sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, é destinado à gestão da Assistência Social, através da integração das ações nas três esferas de governos (União, Estados, Municípios e DF) e das entidades privadas de Assistência Social. A opção que apresenta responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, é:
- A) definir as condições e o modo de acesso aos direitos socioassistenciais, visando à sua universalização.
 - B) aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados.
 - C) garantir condições financeiras, materiais e estruturais para o funcionamento efetivo da CIB e do CEAS.
 - D) estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais.
- 20.** A Lei 8.662/93 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social assegura ao/à assistente social atribuições privativas ao seu exercício profissional. Entre essas atribuições, destaca-se:
- A) elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil.
 - B) planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais.
 - C) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
 - D) encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
- 21.** As atribuições privativas do/a Assistente Social estão previstas no Artigo:
- A) 5º da Lei 8.662/93.
 - B) 4º da Lei 8.662/93.
 - C) 4º do Código de Ética Profissional do Assistente Social.
 - D) 5º do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

22. O cenário contemporâneo de transformações societárias estabeleceu profundas modificações nas formas de produção e de gestão do trabalho face às novas exigências do mercado capitalista, e de modo particular alterações na relação, Estado e sociedade. Sobre esta relação, verifica-se:
- A) que questão social constitui-se, atualmente, de problemas sociais vivenciados pelas famílias em situação de risco e exclusão social.
 - B) a transferência de responsabilidades sociais do Estado para entidades da sociedade civil.
 - C) a reestruturação produtiva e a conseqüente transformação na legislação trabalhista e as alterações da base democrática.
 - D) que a questão Social, ganha características específicas, dado o modo subserviente que Brasil se insere na mundialização do capital.
23. Para Yamamoto (2001, p.17), a questão social diz respeito ao conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Em relação à questão social é correto afirmar que:
- A) significou efetivamente seu tratamento enquanto “questão política”.
 - B) evidenciou a conquista de um sistema de proteção social.
 - C) funda diretamente a profissão de Serviço Social.
 - D) evidenciou o viés repressivo dado à problemas sociais inerentes às relações capitalistas.
24. Conforme o documento do CFESS, intitulado “Parâmetros para Atuação de Assistente Social na Política de Assistência Social”, o trabalho de assistentes sociais, psicólogos/as e pedagogos/as constituem as principais profissões atuantes no SUAS e que ao integrar a equipe dos/as trabalhadores/as no âmbito da política de Assistência Social, esses profissionais podem contribuir para criar ações coletivas de enfrentamento de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual, com vistas a:
- A) reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da socialmente produzida.
 - B) estabelecer programas amplos e preventivos que assegurem o acesso dos/as cidadãos/ãs aos direitos sociais.
 - C) contribuir para viabilizar a participação dos/as usuários/as no processo de elaboração e avaliação do plano de Assistência Social.
 - D) situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição socioeconômica.
25. De acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), as entidades que desenvolvem programas de institucionalização de longa permanência, devem seguir, dentre outros princípios:
- A) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos.
 - B) orientação, apoio e acompanhamento temporários.
 - C) preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.
 - D) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio.

- 26.** O Sistema Único de Assistência Social (Suas) comporta quatro tipos de gestão: da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. Conforme o estabelecido pela NOB/SUAS constituem responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios:
- A) Garantir condições financeiras, materiais e estruturais para o funcionamento efetivo da CIB e do CEAS.
 - B) Aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados.
 - C) Aprovar o plano de assistência social elaborado pelo órgão gestor da política de assistência social.
 - D) Promover a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social.
- 27.** De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, uma Política de Seguridade Social não contributiva que prevê a participação e controle social, a qual estabelece, dentre outros objetivos:
- A) a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
 - B) a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
 - C) a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
 - D) a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- 28.** O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) previsto e regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social. De acordo com a LOAS, as ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo:
- A) a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.
 - B) o cofinanciamento o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social.
 - C) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.
 - D) a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva
- 29.** O amparo, a assistência e a proteção ao indivíduo em seu processo de envelhecimento e quando já atingi essa fase da vida constituem o tema central que permeia todos os artigos da Lei Nº 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Assim, de acordo com o seu Artigo 9º, o referido Estatuto, prevê é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa:
- A) a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.
 - B) o atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
 - C) políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem.
 - D) serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

- 30.** O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Artigo 124 estabelece os direitos do adolescente privado de liberdade. A opção que apresenta um direito do adolescente privado de liberdade é:
- A) encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
 - B) peticionar diretamente a qualquer autoridade.
 - C) internação em estabelecimento educacional.
 - D) direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.